



BOLETIM DE SERVIÇO



EDIÇÃO Nº 05

Recife, 12 de janeiro de 2026

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO**

REITORA

Maria José de Sena

VICE-REITORA

Maria do Socorro de Lima Oliveira

PRÓ-REITORA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO

Danielli Matias de Macedo Dantas

PRÓ-REITORA DE EXTENSÃO, CULTURA E CIDADANIA

Renata Valéria Regis de Sousa Gomes

PRÓ-REITORA DE GESTÃO ESTUDANTIL E INCLUSÃO

Tália de Azevedo Souto Santos

PRÓ-REITOR DE PESQUISA

Thieres George Freire da Silva

PRÓ-REITOR DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO

Rodrigo Gayger Amaro

PRÓ-REITOR DE PÓS-GRADUAÇÃO

Rinaldo Aparecido Mota

PRÓ-REITORA DE GESTÃO DE PESSOAS

Renata Andrade de Lima e Souza

APRESENTAÇÃO



Boletim de Serviço está previsto na Lei nº 4.965, de 05 de maio de 1966, que dispõe sobre a publicação dos atos relativos aos servidores públicos civis do Poder Executivo. O Boletim de Serviço é o instrumento utilizado para dar ao público conhecimento dos atos e procedimentos formais editados no âmbito da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), atendendo ao princípio da publicidade, prescrito no art. 37 da Constituição Federal. Seu conteúdo está organizado em conformidade com os assuntos administrativos rotineiros da Instituição.

Conforme Resolução CONSU/UFRPE nº 071, de 18 de dezembro de 2020, as portarias no âmbito da UFRPE serão emitidas pelos responsáveis dos respectivos Setores, Departamentos Acadêmicos, Unidades Acadêmicas, Coordenações de Cursos de Graduação, Coordenações de Programas de Pós-graduação, Pró-reitorias, Institutos e Núcleos Administrativos, caso as mesmas não tenham como consequência efeitos financeiros.

EDIÇÃO

PRÓ-REITORIA DE GESTÃO DE PESSOAS

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
BOLETIM DE SERVIÇO

EDIÇÃO Nº 05, segunda-feira, 12 de janeiro de 2026.

Página | 3

SUMÁRIO

| | |
|-------------------|---|
| DIPRO/SINFRA..... | 4 |
|-------------------|---|

DIPRO/SINFRA

PORTARIA DIPRO/SINFRA/UFRPE Nº 001/2026, DE 09 DE JANEIRO DE 2026.

O Diretor da Diretoria de Projetos e Obras da Secretaria de Infraestrutura e Serviços da Universidade Federal Rural De Pernambuco, nomeado pela Portaria GBR/UFRPE no 829/2025, de 04 de agosto de 2025, publicada no Diário Oficial da União em 05 de agosto de 2025, no uso de suas atribuições legais e estatutárias,

RESOLVE:

Art. 1º Instituir a Comissão Técnica Permanente para Análise de Projetos de Engenharia e Arquitetura não elaborados pela SINFRA.

Art. 2º Compete à Comissão:

I - Receber solicitações de análises de projetos de engenharia e arquitetura não elaborados pela SINFRA;

II - Emitir notas técnicas indicando orientações/diretrizes, complementações, sugestões, recomendações ou correções a serem seguidas nos projetos recebidos;

III - Aprovar projetos que atendam às exigências da Comissão;

Art. 3º As solicitações podem ser do tipo:

I - Consulta prévia: quando não há projeto elaborado, mas deseja-se obter orientações/diretrizes sobre normas ou procedimentos a serem seguidos;

II - Análise Inicial: quando se tratar da primeira análise de projetos encaminhados;

III - Reanálise: quando se tratar de nova análise de projetos que já tiveram Notas Técnicas emitidas pela Comissão.

Art. 4º Podem solicitar análises à Comissão:

I - Diretor(a) da Diretoria de Projetos e Obras (DIPRO);

II - Diretor(a) da Diretoria de Manutenção e Conversação (DIMAN);

III - Diretor(a) Geral da Secretaria de Infraestrutura e Serviços (SINFRA);

IV - Gestores e fiscais de obras e serviços de engenharia que incluam no objeto da contratação elaboração de anteprojetos, projetos básicos ou projetos executivos de engenharia ou arquitetura;

V - Qualquer outro(a) servidor(a) da UFRPE não incluído(a) nos incisos I a IV;

Art. 5º Quanto à forma de solicitação:

I - Solicitantes incluídos no inciso I a IV do art. 4º podem realizar a solicitação por e-mail enviado a Coordenadoria de Planejamento de Obras e Serviços de Engenharia (COPLAN);

II - Solicitantes incluídos no inciso V do art. 4º podem realizar a solicitação por processo eletrônico enviado a Coordenadoria de Planejamento de Obras e Serviços de Engenharia (COPLAN);

III - As solicitações devem incluir:

a. Formulários de requerimento definidos pela Comissão;

b. Os projetos a serem analisados (em formato .pdf e .dwg);

c. Documentos de Responsabilidade Técnica, Memórias de Cálculo e outros documentos que a Comissão definir como necessários.

IV - As solicitações do tipo reanálise devem ser feitas na mesma forma da solicitação inicial.

Art. 6º As considerações das Notas Técnicas podem ser do tipo:

I - Orientações/Diretrizes: em casos de consulta prévia, em que os avaliadores apresentarão informações gerais referentes à solicitação;

II - Sem ressalvas: nos casos em que os avaliadores verificam que os itens cumprem normas técnicas, normas internas, planos aprovados ou exigências legais, sem quaisquer outras indicações;

III - Sugestões: nos casos em que os avaliadores verificam que os itens cumprem normas técnicas, normas internas, planos aprovados ou exigências legais, mas há indicação de ajuste que pode trazer benefício para o projeto em avaliação, para a futura execução ou para o uso do espaço;

IV - Recomendações: nos casos em que os avaliadores verificam que os itens cumprem normas técnicas, normas internas, planos aprovados ou exigências legais, mas há indicação de ajuste que, se não atendida, pode trazer prejuízo para o projeto em avaliação, para a futura execução ou para o uso do espaço;

V - Correções: nos casos em que os avaliadores verificam itens que descumprem normas técnicas, normas internas, planos aprovados ou exigências legais.

VI - Complementares: nos casos em que os avaliadores verificam itens que não são possíveis de serem avaliados pela incompletude das informações recebidas;

VII - As Notas Técnicas podem conter itens de mais de uma categoria descrita acima, mas serão categorizadas seguindo a seguinte ordem de preponderância:

a. Se houver pelo menos um item na categoria Complementares, será Complementares;

b. Não se enquadrando no item “a”, se houver pelo menos um item na categoria Correções, será Correções;

c. Não se enquadrando no item “b”, se houver pelo menos um item na categoria Recomendações, será Recomendações;

d. Não se enquadrando no item “c”, se houver pelo menos um item na categoria Sugestões, será Sugestões;

e. Não se enquadrando no item “d”, será Sem Ressalvas;

f. As Notas Técnicas do tipo Orientações/Diretrizes não conterão itens de outras categorias, sendo sempre utilizadas em caso de Consulta Prévia.

Art. 7º Quanto às aprovações dos projetos submetidos:

I - Serão aprovados projetos cuja análise resulte em Nota Técnica do tipo Sem Ressalvas;

II - Serão aprovados, mediante assinatura de Termo de Renúncia de Oportunidades, projetos cuja análise resulte em Nota Técnica do tipo Sugestões;

III - Serão aprovados, mediante assinatura de Termo de Assunção de Riscos, projetos cuja análise resulte em Nota Técnica do tipo Recomendações;

IV - Não serão aprovados projetos cuja análise resulte em Nota Técnica do tipo Correções, Complementares ou Orientações/Diretrizes.

Art. 8º Quanto aos prazos para emissão das Notas Técnicas após recebimento da solicitação pela Comissão:

I - 5 (cinco) dias úteis para solicitações dos tipos Análise Inicial ou Consulta Prévia e 3 (três) dias úteis para solicitações do tipo Reanálise, quando os requisitantes forem enquadrados nos incisos I a III do art. 4º;

II - 10 (dez) dias úteis para solicitações dos tipos Análise Inicial ou Consulta Prévia e 5 (cinco) dias úteis para solicitações do tipo Reanálise, quando os requisitantes forem enquadrados no inciso IV do art. 4º;

III - 20 (vinte) dias úteis para solicitações dos tipos Análise Inicial ou Consulta Prévia e 10 (dez) dias úteis para solicitações do tipo Reanálise, quando os requisitantes forem enquadrados no inciso V do art. 4º;

IV - Os prazos de atendimento ficam suspensos nos casos em que o avaliador ou a comissão dependam de informações de outras unidades ou órgãos;

V - Os prazos indicados poderão ser prorrogados uma vez, por igual período, em casos devidamente justificados.

Art. 9º Quanto aos prazos para solicitação de Reanálise:

I - A solicitação de Reanálise deve ser feita em até 1 (um) mês da última Nota Técnica e se limitar ao teor dessa; ultrapassado o prazo ou incluindo outras alterações além do indicado na última Nota Técnica, será tratada com uma nova solicitação de Análise Inicial.

Art. 10 Quanto à validade dos projetos aprovados:

I - Projetos com Nota Técnica do tipo Sem Ressalvas possuem validade de 12 (doze) meses;

II - Projetos com Nota Técnica do tipo Recomendações ou Sugestões possuem validade de 6 (seis) meses;

III - O prazo de validade passa a contar da data de emissão da Nota Técnica;

IV - Os prazos indicados poderão ser prorrogados uma vez, por igual período, mediante solicitação do requisitante, caso não tenham ocorrido alterações normativas que impactem no projeto no período de validade inicial:

a. A solicitação deve ser feita em até 1 (um) mês após a validade inicial, sendo tratada como Reanálise;

b. Após o prazo indicado no item anterior, a solicitação será tratada como Análise Inicial.

V - A aprovação dos projetos no âmbito da Comissão não substitui a necessidade da submissão em outras comissões, setores ou órgãos, quando aplicável;

VI - Projetos que estejam incluídos em licitações ou contratações em andamento terão sua validade estendida até o final do contrato, caso este fato venha ocorrer em data posterior à validade inicial:

- a. O requisitante deve informar a situação à Comissão, sob o risco de serem aplicados os prazos de validade iniciais.

Art. 11 Quanto aos componentes da Comissão:

I - A presidência da comissão ficará a cargo do(a) Coordenador(a) de Planejamento de Obras e Serviços de Engenharia (COPLAN);

II - Deverá ser composta por pelo menos um servidor técnico-administrativo das seguintes áreas de atuação, na medida da disponibilidade de ocupantes dos cargos na DIPRO e já considerando a área de atuação do presidente da Comissão:

- a. Arquitetura;
- b. Engenharia Civil;
- c. Engenharia Elétrica;
- d. Engenharia Mecânica.

III - Os membros da Comissão serão definidos em Portaria a ser emitida pela Diretoria de Projetos de Obras (DIPRO).

Art. 12 O fluxo processual descrito nos artigos anteriores está diagramado no Anexo I desta Portaria;

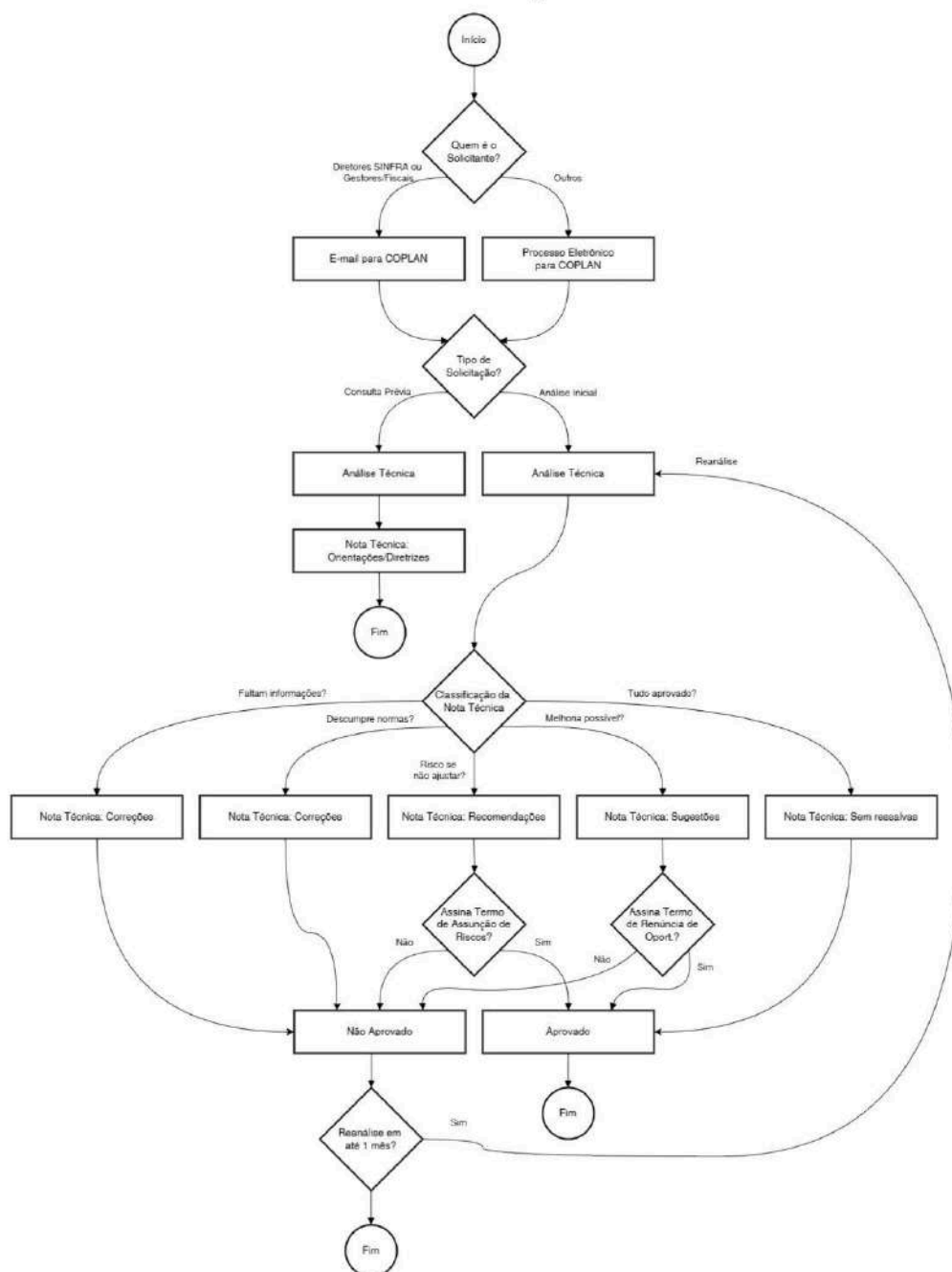
Art. 13 Revogar a PORTARIA NEMAM/UFRPE Nº 007/2025, de 30 de janeiro de 2025;

Art. 14 Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SÉRGIO ROBERTO LEAL DE SOUZA JÚNIOR
DIRETOR DA DIPRO/SINFRA



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS
DIRETORIA DE PROJETOS E OBRAS
Anexo I – Fluxograma



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
BOLETIM DE SERVIÇO

EDIÇÃO Nº 05, segunda-feira, 12 de janeiro de 2026.

Página | 7

PORTARIA DIPRO/SINFRA/UFRPE Nº 002/2026, DE 09 DE JANEIRO DE 2026.

O Diretor da Diretoria de Projetos e Obras da Secretaria de Infraestrutura e Serviços da Universidade Federal Rural De Pernambuco, nomeado pela Portaria GBR/UFRPE no 829/2025, de 04 de agosto de 2025, publicada no Diário Oficial da União em 05 de agosto de 2025, no uso de suas atribuições legais e estatutárias,

RESOLVE:

Art. 1º Instituir a Comissão Técnica Provisória para Recebimento Definitivo Extemporâneo de Obras.

Art. 2º Compete à Comissão:

I - Analisar e emitir Nota Técnica dos documentos coletados junto à equipe de fiscalização, a outros setores da UFRPE e em visitas ao local da intervenção;

II - Informar na Nota Técnica a recomendação de realizar o Recebimento Definitivo dos objetos contratuais;

III - Abrir processo administrativo próprio para cada Nota Técnica, encaminhando-o para a Diretoria de Projetos e Obras;

Art. 3º Será objeto de análise pela comissão os contratos associados aos valores apresentados no Anexo desta Portaria.

Art. 4º A Comissão terá um prazo de 120 dias a partir da data de publicação desta portaria para concluir as atividades.

Art. 5º Comporão a Comissão:

I - Deyvison Rafael da Silva, SIAPE 2179148, sendo este o Presidente da Comissão;

II - Antônio José Tadeu Figueiroa, SIAPE 6383001;

III - João Carlos Correia de Souza, SIAPE 1055158;

IV - José Henrique Monteiro Kreimer, SIAPE 2161820.

Art. 6º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SÉRGIO ROBERTO LEAL DE SOUZA JÚNIOR
DIRETOR DA DIPRO/SINFRA

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
BOLETIM DE SERVIÇO

EDIÇÃO Nº 05, segunda-feira, 12 de janeiro de 2026.

Página | 8



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS
DIRETORIA DE PROJETOS E OBRAS

Anexo I – Tabela sintética de obras em andamento por favorecido

| 12321.06.01 - OBRAS EM ANDAMENTO | Valor (R\$) |
|--|----------------------|
| 2015 | 77.689.234,86 |
| CONSTRUSEL - CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA. | 829.004,46 |
| CONSTRUTORA POTENCIAL LTDA (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL) | 8.996.786,40 |
| DGM INSTALAÇÕES CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO LTDA | 67.939,45 |
| DINIZ CONSULTORIA & CONSTRUÇÕES LTDA | 241.184,53 |
| MGR ENGENHARIA E INCORPORAÇÃO LTDA | 3.129.802,00 |
| PLÍNIO CAVALCANTI & CIA LTDA | 6.120.203,88 |
| POLLUX - CONSTRUÇÕES LTDA | 2.248.619,73 |
| SEM INFORMAÇÃO | (4.438,46) |
| UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO | (12.588,93) |
| SALDO ANTERIOR A 2015 | 56.072.721,80 |
| 2016 | 45.297.783,60 |
| CONSTRUSEL - CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA. | 6.183.471,27 |
| CONSTRUTORA POTENCIAL LTDA (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL) | 24.082.555,16 |
| DGM INSTALAÇÕES CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO LTDA | 215.271,55 |
| MGR ENGENHARIA E INCORPORAÇÃO LTDA | 2.588.905,92 |
| PLÍNIO CAVALCANTI & CIA LTDA | 6.659.448,81 |
| POLLUX - CONSTRUÇÕES LTDA | 4.187.964,14 |
| SEM INFORMAÇÃO | 4.438,46 |
| UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO | 1.375.728,29 |
| 2017 | 79.747.152,17 |
| CONSTRUSEL - CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA. | 2.356.199,27 |
| CONSTRUTORA POTENCIAL LTDA (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL) | 76.917.860,55 |
| HARPIA CONSTRUÇÃO, COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA | 64.778,65 |
| INDUSTRIAL ELEVADORES LTDA | 0,00 |
| KN CONSTRUÇÕES LTDA | 252.287,16 |
| MGR ENGENHARIA E INCORPORAÇÃO LTDA | 1.063.299,75 |
| PLÍNIO CAVALCANTI & CIA LTDA | 816.977,65 |
| POLLUX - CONSTRUÇÕES LTDA | 1.465.449,52 |
| SEM INFORMAÇÃO | 4.502,40 |
| UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO | (3.194.202,78) |
| 2018 | 17.216.178,35 |
| CONSTRUSEL - CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA. | 3.247.650,76 |
| CONSTRUTORA E INCORPORADORA RR LTDA | 1.449.802,58 |
| CONSTRUTORA POTENCIAL LTDA (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL) | 11.064.276,24 |
| DGM INSTALAÇÕES CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO LTDA | 353.299,81 |
| DINIZ CONSULTORIA & CONSTRUÇÕES LTDA | 182.912,18 |
| HARPIA CONSTRUÇÃO, COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA | 206.694,81 |
| KN CONSTRUÇÕES LTDA | 73.145,01 |
| MGR ENGENHARIA E INCORPORAÇÃO LTDA | 228.016,36 |
| R&M CONSTRUTORA LTDA | 410.380,60 |
| 2019 | 9.170.600,42 |
| COHESIL ENGENHARIA LTDA | 1.999.451,09 |
| CONSTRUSEL - CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA. | 2.915.501,16 |
| CONSTRUTORA E INCORPORADORA RR LTDA | 1.920.675,79 |
| DGM INSTALAÇÕES CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO LTDA | 838.221,41 |
| DINIZ CONSULTORIA & CONSTRUÇÕES LTDA | 286.129,22 |
| GR INDUSTRIAL LTDA | 16.229,23 |
| MGR ENGENHARIA E INCORPORAÇÃO LTDA | 581.428,13 |
| R&M CONSTRUTORA LTDA | 504.928,36 |
| UNIVERSO EMPREENDIMENTOS LTDA | 108.036,03 |

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
BOLETIM DE SERVIÇO

EDIÇÃO Nº 05, segunda-feira, 12 de janeiro de 2026.

Página | 9



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS
DIRETORIA DE PROJETOS E OBRAS

| | |
|---|-----------------------|
| 2020 | 4.218.861,64 |
| COHESIL ENGENHARIA LTDA | 521.524,40 |
| CONSTRUSEL - CONSTRUÇOES E SERVICOS LTDA. | 966.580,84 |
| CONSTRUTORA E INCORPORADORA RR LTDA | 923.231,97 |
| DGM INSTALACOES CONSTRUÇOES E COMERCIO LTDA | 294.646,00 |
| GR INDUSTRIAL LTDA | 94.582,81 |
| MGR ENGENHARIA E INCORPORACAO LTDA | 807.893,81 |
| SANEACQUA AMBIENTAL NORDESTE LTDA | 603.041,25 |
| UNIVERSO EMPREENDIMENTOS LTDA | 7.360,56 |
| 2021 | 3.315.641,82 |
| COHESIL ENGENHARIA LTDA | 1.580.158,12 |
| CONSTRUSEL - CONSTRUÇOES E SERVICOS LTDA. | 132.080,37 |
| CONSTRUTORA E INCORPORADORA RR LTDA | 1.282.229,69 |
| GR INDUSTRIAL LTDA | 46.555,29 |
| KONEX INCORPORACOES E SERVICOS LTDA | 78.940,52 |
| MGR ENGENHARIA E INCORPORACAO LTDA | 19.046,02 |
| MULTCOM CONSTRUTORA LTDA | 174.388,60 |
| UNIVERSO EMPREENDIMENTOS LTDA | 2.243,21 |
| 2022 | 4.471.567,20 |
| COHESIL ENGENHARIA LTDA | 2.837.106,76 |
| GR INDUSTRIAL LTDA | 27.985,37 |
| KONEX INCORPORACOES E SERVICOS LTDA | 17.270,56 |
| MULTCOM CONSTRUTORA LTDA | 1.545.137,47 |
| SANEACQUA AMBIENTAL NORDESTE LTDA | 44.067,04 |
| 2023 | 2.169.447,16 |
| COHESIL ENGENHARIA LTDA | 709.856,92 |
| DGM INSTALACOES CONSTRUÇOES E COMERCIO LTDA | 328.164,62 |
| GR INDUSTRIAL LTDA | 28.731,26 |
| MULTCOM CONSTRUTORA LTDA | 994.404,98 |
| REAL ENERGY LTDA | 81.903,03 |
| SEM INFORMACAO | 26.386,35 |
| 2024 | 2.398.724,70 |
| CONSTRUSEL - CONSTRUÇOES E SERVICOS LTDA. | 685.965,42 |
| DGM INSTALACOES CONSTRUÇOES E COMERCIO LTDA | 647.047,70 |
| MULTCOM CONSTRUTORA LTDA | 906.736,24 |
| REAL ENERGY LTDA | 144.875,35 |
| WSM SERVICOS E MANUTENCOES LTDA | 14.099,99 |
| 2025 | 1.393.339,35 |
| CONSTRUSEL - CONSTRUÇOES E SERVICOS LTDA. | 298.013,48 |
| CONSTRUTORA E INCORPORADORA RR LTDA | 0,00 |
| CONSTRUTORA POTTENCIAL LTDA (EM RECUPERACAO JUDICIAL) | 0,00 |
| DGM INSTALACOES CONSTRUÇOES E COMERCIO LTDA | 681.073,77 |
| INO9VARE ENGENHARIA LTDA | 333.568,49 |
| MULTCOM CONSTRUTORA LTDA | 0,00 |
| NAVERA ENGENHARIA LIMITADA | 55.145,67 |
| PROJETO21 CONSTRUÇOES LTDA | 25.537,94 |
| SEM INFORMACAO | 0,00 |
| Total Geral | 247.088.531,27 |